



Prefeitura do Município de Assaí

LEALDADE
NOBREZA
RIQUEZA
PODER

ESTADO DO PARANÁ
AV. RIO DE JANEIRO, 720, ASSAÍ – PR, CEP: 86.220-000
Email: licitacao@assaí.pr.gov.br

CONTRATO n. 099/2021

REF: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2021 – de 27 de Abril de 2021

Pelo presente instrumento contratual, que de um lado como **CONTRATANTE**, o **MUNICÍPIO DE ASSAÍ**, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade à Av. Rio de Janeiro, 720, 1º andar, inscrita no CNPJ sob nº 76.290.709/0001-30, neste ato representado pelo **SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS, Sr. Orlando Menegazzo Filho** (autorizado pela Portaria n. 172/2021), brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Cidade e comarca de Assaí, Paraná, e de outro lado, como **CONTRATADA, AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, Centro Empresarial, bloco E, 7º andar, Jardim São Luís, CEP 05.805-000, município de São Paulo-SP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.144.891/0001-85, representada pelo Sr. **Roberto Martin de Souza Rubim**, brasileiro, portador do RG 18367629 SSP/SP e inscrito no CPF 114.270.988-40, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Contrato, decorrente de procedimento administrativo de Inexigibilidade de Licitação sob o **Nº 004/2021**, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, atendidas as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO - Contratação do sistema de orçamentação eletrônica Audatex, incluindo treinamento da plataforma, manutenção, suporte, licença adicional e treinamento de mecânica, conforme descrição a seguir:

Lote	Quantidade	Descrição	Total/ano
01	01	Implantação de licença de uso do sistema Audatex Gov, com treinamento da plataforma e manutenção, com a função do lote contratado.	8.359,50
01	01	Licença adicional (ponto adicional em rede local)	1.700,00
01	01	Treinamento de Mecânica – linha leve e caminhões pesados	2.400,00
Total do Contrato		12.459,50	

Parágrafo único. Constituem requisitos técnicos mínimos dos serviços a serem prestados:

- licença de uso do sistema Audatex Gov pelo prazo de um ano, cujo acesso deverá ser disponibilizado no prazo de oito dias (**prazo de execução**) contados da entrega da solicitação de fornecimento, ordem de serviço ou nota de empenho;
- suporte técnico disponível em horário de expediente da Prefeitura (8h às 11h30 – 13h às 17h), de segunda a sexta-feira, via web ou linha 0800, ou por meio do site WWW.solerabrasil.com.br, no portal do cliente;
- cálculo da estimativa de custos de reparação de automóveis, caminhões e motos através do sistema de orçamentação eletrônica;
- validar, acompanhar e fiscalizar o grande número de orçamentos provenientes dos processos de consertos e reparos;
- disponibilização de módulos de orçamentos, consulta de códigos e precificações de peças;
- elaboração ou conferência rápida de orçamentos, com fácil utilização;
- redução na ocorrência de erros nos orçamentos;
- transparência, reduzindo a cobrança de preços abusivos no mercado;
- disponibilização de cálculos automáticos e utilizando como referência códigos e preços de peças genuínas;
- os preços e códigos devem ser indicados pelas montadoras e disponibilizados no Sistema de Controle de Avaliação para todos os níveis de usuários. Disposição de um banco de dados de marcas e veículos correspondentes a, no mínimo, 97% da frota circulante no País; e
- segurança contra inviolabilidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO – O objeto contratado será realizado por execução indireta, sob regime de empreitada global.



Prefeitura do Município de Assaí

LEALDADE
NOBREZA
RIQUEZA
PODER

ESTADO DO PARANÁ
AV. RIO DE JANEIRO, 720, ASSAÍ – PR, CEP: 86.220-000
Email: licitacao@assaí.pr.gov.br

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: A remuneração da Contratada pelos serviços realizados será no valor de R\$ 12.459,50 (doze mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais, e cinquenta centavos), consoante descritivo da tabela da Cláusula Primeira.

§1º. No valor acima indicado, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo e insumo, seguro e outros necessários ao fiel cumprimento integral do objeto contratado.

§2º. O pagamento será efetuado em parcelas mensais sucessivas após implantação e execução dos serviços, no prazo de até 30 (trinta) dias.

§3º A nota fiscal deverá ser apresentada concomitantemente à disponibilização do objeto contratado, sendo que o recebimento definitivo deste fica condicionado à verificação da conformidade da nota fiscal apresentada e do regular cumprimento dos deveres contratuais assumidos pela Contratada.

§4º Havendo erro, de qualquer espécie, na apresentação da nota fiscal ou de documentos relacionados à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

§5º O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente indicada pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

§6º A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que não tenha sido acordada no Contrato.

§7º A Administração Pública poderá motivadamente adotar providências de natureza acautelatórias, inclusive retendo o pagamento, como forme de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou incerta reparação.

CLÁUSULA QUARTA: CRITÉRIO DE REAJUSTE - O preço estabelecido no presente Contrato e constante no Processo de Inexigibilidade não será reajustado, salvo se alterada a legislação e nas condições desta (Lei nº 8.880, de 27/05/94 em especial os arts. 11, 12, 13 e 14 e Lei nº 9.069, de 29/06/95). Eventual reajuste deverá ocorrer apenas após o período de doze meses, via requerimento justificado da Contratada, caso em que, se deferido, deverá ser aplicado o IPCA.

§1º. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, poderão resultar na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso (art. 65, § 5º, da Lei 8.666/93).

§2º. Poderão as partes rever as condições do presente Contrato, no que se refere ao equilíbrio econômico-financeiro, em face de superveniência de norma federal, estadual ou municipal, aplicáveis à espécie (art. 65, II, “d”, da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA – A vigência do Contrato iniciar-se-á com a sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação na imprensa oficial, com vigência de **doze meses**, sendo admissível prorrogação nos termos do art. 57, II, da Lei 8.66/93.

CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA - As despesas deste Contrato correrão por conta das dotações orçamentárias **11.013.26.782.0052.2396** – Obras.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO – Caberá à Secretaria de Obras e Serviços, na pessoa de seu Secretário ou pessoa por este designada, visando, sobretudo, ao bem coletivo, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução dos serviços contratados, sem prejuízo da obrigação da CONTRATANTE no sentido de fiscalizar seus auxiliares, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO ÚNICO: A existência e a atuação da fiscalização da Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados e as suas consequências e complicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – São obrigações da Contratada:

- 1) Observar o disposto nas normas que regem sua atividade econômica;



Prefeitura do Município de Assaí

LEALDADE
NOBREZA
RIQUEZA
PODER

ESTADO DO PARANÁ
AV. RIO DE JANEIRO, 720, ASSAÍ – PR, CEP: 86.220-000
Email: licitacao@assaí.pr.gov.br

- 2) Executar os serviços nas condições estabelecidas contratualmente, de acordo com o contido no processo de Inexigibilidade, com os recursos necessários e suficientes ao adequado cumprimento do presente Contrato;
- 3) Responsabilizar-se por eventuais vícios e danos decorrentes da prestação dos serviços, conforme a legislação aplicável;
- 4) Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante durante a execução do Contrato, a qualquer tempo, ou em horário previamente agendado consoante acordo e conveniência das partes caso a caso;
- 5) Dar ciência, em tempo razoável, à Secretaria de Obras e Serviços do Município, por escrito, ainda que por mensagem eletrônica, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços contratados, sem prejuízo da possibilidade de aviso verbal nos casos urgentes e que exijam imediata providência;
- 6) Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 7) Manter durante toda a vigência do Contrato todas as condições de habilitação exigidas pela Lei Federal 8.666/93;
- 8) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, ainda que parcialmente, as obrigações assumidas no presente Contrato;
- 9) Prestar, sem quaisquer ônus para a Contratante, o suporte necessário para a correção e revisão de falhas ou vícios verificados na prestação do serviço, sempre que o problema disser respeito direta ou indiretamente ao sistema de pesquisa de preços contratado;
- 10) Designar preposto para representá-la perante a Contratante em todas as questões do Contrato;
- 11) Arcar com todas as despesas com equipamentos necessários e suficientes à execução dos serviços, incluindo técnicos, materiais e humanos, manutenção permanente e custos diretos ou indiretos exigidos para a execução do objeto;
- 12) Manter arquivo completo de toda a documentação referente aos serviços pactuados, fazendo-o com zelo, segurança e sigilo, fornecendo relatórios quando solicitados pela Contratante;
- 13) Atender com presteza às reclamações a respeito do uso ou qualidade dos serviços contratados, providenciando a ligeira correção, sem qualquer ônus adicional à Contratante;
- 14) Responsabilizar-se por todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento do objeto, incluindo alimentação, transporte e alojamento de seus empregados e prepostos, bem como os encargos necessários decorrentes de sua contratação, tais como: salários e encargos sociais inerentes às legislações, fiscal, social, securitária, trabalhista e previdenciária;
- 15) Abster-se de publicidade acerca do objeto contratado, mantendo o indispensável sigilo, salvo se houve prévia autorização justificada da Contratante; e
- 17) Observar demais obrigações inerentes ao objeto contratual.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE – São obrigações da Contratante, além do pagamento do preço nos termos deste Contrato:

- a) Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e seus Anexos;
- b) Fornecer todas as informações necessárias à Contratada para a execução dos serviços;
- c) Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou revisão;
- d) Manter contatos sempre por escrito com a Contratada, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência da situação;
- e) Dar o recebimento definitivo, após o recebimento da nota fiscal da Contratada, desde que regular o documento e que os serviços sejam realizados de acordo com as especificações contratuais; e
- f) Exercer a regular e periódica fiscalização do Contrato, por meio de sua Secretaria de Obras e Serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA: Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Obras e Serviços da Contratante, em conjunto, se conveniente e oportuno, com o corpo técnico da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRIMEIRA: DA RESCISÃO - A Contratante poderá rescindir administrativamente o presente Contrato em casos de infração de qualquer de suas cláusulas pela CONTRATADA, sem que caiba a ela direito a qualquer indenização.

§1º. O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados na art. 78



Prefeitura do Município de Assaí

LEALDADE
NOBREZA
RIQUEZA
PODER

ESTADO DO PARANÁ
AV. RIO DE JANEIRO, 720, ASSAÍ – PR, CEP: 86.220-000
Email: licitacao@assaí.pr.gov.br

e seguintes da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a CONTRATADA à multa contratual de 10% [dez] por cento sobre o valor total do objeto do Contrato.

§2º. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei nº 8.666/93.

§3º. A inexecução total ou parcial dos serviços pactuados ensejará a rescisão do instrumento contratual, com consequências nele estabelecidas e as previstas nos arts. 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93, conforme abaixo discriminado, observadas ainda as disposições do Termo de Referência:

I - Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devida e formalmente comprovado, ao não cumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas, ou à infringência de preceitos legais pertinentes, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93, bem como demais regras aplicáveis, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo e/ou congêneres.

II - Será aplicada a multa de 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na hipótese de inexecução total do contrato ou suspensão definitiva da prestação dos serviços por culpa do Contratado, bem como uma das seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

c) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o proponente ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no contido na letra "b".

III - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o Contratado à multa de mora de 0,5 (meio por cento) ao dia, nos termos do "caput" do Art. 86 da Lei 8.666/93.

IV - As multas previstas nesta cláusula serão, sempre que possível, independentemente de qualquer aviso de notificação judicial ou extrajudicial, descontadas dos créditos do contratado ou se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente.

V - As multas serão cumulativas.

VI - Será considerada recusa formal à contratação a não retirada e a não assinatura do Contrato após decorridos 10 (dez) dias da contratação ou a extrapolção do prazo para início dos serviços, sem justificativa de atraso ou com justificativa de atraso não aceita pela Administração contratante.

VII - A justificativa para eventual atraso só será considerada em casos fortuitos ou de força maior, devendo ser apresentada por escrito no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após o evento inevitável invocado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – SEGUNDA: DA SUBCONTRATAÇÃO: Poderá a CONTRATADA promover subcontratações com terceiros para o satisfatório cumprimento do objeto do Contrato, desde que as mesmas sejam parciais e autorizadas previamente pela CONTRATANTE em cada caso, nos termos do art. 72 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA: DAS RESPONSABILIDADES - Responsabiliza-se a CONTRATADA pela idoneidade e pelo comportamento de seus auxiliares, prepostos ou subordinados e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à CONTRATANTE ou a terceiros (art. 70, Lei 8.666/93).

§1º. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributária, previdenciária ou securitária decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá exclusivamente à CONTRATADA.

§2º. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a quem quer que seja em decorrência de ato próprio, de seus auxiliares, prepostos ou subordinados.



Prefeitura do Município de Assaí

LEALDADE
NOBREZA
RIQUEZA
PODER

ESTADO DO PARANÁ
AV. RIO DE JANEIRO, 720, ASSAÍ – PR, CEP: 86.220-000

Email: licitacao@assaí.pr.gov.br

§3º. Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados. Os direitos das partes encontram-se inseridos na Lei nº 8.666, de 21/06/93, no Código de Defesa do Consumidor, e supletivamente no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUARTA: DAS CLÁUSULAS DE ANTICORRUPÇÃO – Na execução do presente Contrato, é vedado à Contratada e/ou a Contratante, a seu preposto ou gestor:

- Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada), do Decreto nº 8.420/2015 (conforme alterado), do *U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977* (conforme alterado) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA: DA PUBLICAÇÃO - Será providenciada pela CONTRATANTE a publicação do presente Instrumento de Contrato até o quinto dia útil do mês subsequente à assinatura do ajuste pelas partes, realizando-se a publicação efetivamente até vinte dias corridos desta data (art. 61, parágrafo único, Lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - SEXTA: DO FORO - O Foro do presente contrato será o da comarca de Assaí, Estado do Paraná, excluído qualquer outro, não obstante a idoneidade e sinceridade de propósitos de ambos os contratantes.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, as partes assinam, em 03 (três) vias iguais, juntamente com duas testemunhas que a tudo assistiram.

Assaí/PR, 28 de Abril de 2021.

MUNICÍPIO DE ASSAÍ
Orlando Menegazzo Filho
Secretário Municipal
CONTRATANTE

AUDATEX BRASIL SERVIÇOS LTDA
CONTRATADA
Roberto Martin de Souza Rubim

TESTEMUNHAS:

1.
Nome:
CPF:

2.
Nome:
CPF: